



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

### TRIBUNAL PLENO – SESSÃO DE 22/05/2013 – ITEM 09

#### RECURSO ORDINÁRIO

TC-002512/010/2000

**Recorrente:** Prefeitura Municipal de Piracicaba

**Assunto:** Termo de Aditamento celebrado em 17-10-03, relativo a contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Piracicaba e o Consórcio Sinconser em 20-06-00, objetivando a implantação e operação dos serviços relativos à municipalização do trânsito na cidade, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão-de-obra.

**Autoridade que firmou o Termo:** José Machado (Prefeito Municipal)

**Responsáveis pelo Contratado:** Luciana Bonjorno – Sócia Diretora da Serget Comércio e Serviços de Engenharia de Trânsito Ltda., empresa líder do Consórcio Sinconser (constituído por Serget Comércio e Serviços de Engenharia de Trânsito Ltda., Consladel – Construtora e Laços Detectores e Eletrônica Ltda. e Sinalta Propista Sinalização, Segurança e Comunicação Visual Ltda.).

**Em Julgamento:** Recurso Ordinário interposto contra a decisão da E. Segunda Câmara, que julgou irregular o termo aditivo de 17-10-03, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93. Acórdão publicado no D.O.E. de 06/07/12 (fl. 4866).

**Advogados:** Milton Sérgio Bissoli – OAB/SP nº 91.244, Marcos Jordão Teixeira do Amaral Filho – OAB/SP nº 74.481 e outros (patronos do Município de Piracicaba - fl. 4867), Marcelo Palavéri – OAB/SP nº 114.164 (patrono do ex-Prefeito Humberto de Campos), Flávio Spoto Corrêa – OAB/SP nº 156.200 (patrono do Prefeito José Machado), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza – OAB/SP nº 109.013, Caio Cesar Benício Rizek – OAB/SP nº 222.238 e outros (patronos da Serget - fls. 4527/4528), Luiz Antônio de Almeida Alvarenga – OAB/SP nº 146.770, Maria Isabel de Almeida Alvarenga – OAB/SP nº 130.609 e outros (patronos do Consórcio Sinconser - fl. 4894).

**Acompanham:** Expedientes: TC-022803/026/01.

**Fiscalização atual:** UR-10 - DSF-I.

#### RELATÓRIO

Tratam os autos da Concorrência Pública nº 01/2000, Contrato dela decorrente celebrado em 20/06/2000 e respectivos



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

aditamentos, todos eles firmados entre a Prefeitura Municipal de Piracicaba e o Consórcio Sinconser (constituído pelas empresas Serget Comércio e Serviços de Engenharia de Trânsito Ltda., Consladel – Construtora e Laços Detectores e Eletrônica Ltda. e Sinalta Propista Sinalização, Segurança e Comunicação Visual Ltda.), objetivando a implantação e operação dos serviços relativos à municipalização do trânsito na cidade, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra.

A licitação, o contrato e os aditivos firmados em 17/02/02, 20/06/02, 20/08/02, 19/10/02 e 10/02/03 foram julgados irregulares, tanto pela Segunda Câmara, em sessão de 09/09/08 (fls. 4389/4399), como por este E. Plenário que, em sessão de 06/04/11, negou provimento a Recursos Ordinários interpostos pelos contratantes e autoridades responsáveis pelos atos rejeitados (fls. 4540/4554 e 4561/4562).

Também veio à instrução o sexto termo aditivo firmado em 17/10/2003, no valor de R\$ 2.007.632,00 (dois milhões, sete mil, seiscentos e trinta e dois reais), para prorrogar o prazo de execução contratual por oito meses (fls. 4746/4747).

Referido termo foi julgado pela mesma E. Segunda Câmara que, na sessão de 26/06/12, aprovou r. voto proferido pelo



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

eminente Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, para igualmente considerá-lo irregular, nos seguintes termos (v. Acórdão publicado no DOE de 06/07/12 – fls. 4862/4864 e 4866):

*"Apesar do esforço argumentativo da origem, permanece inviável aceitar-se como regular instrumento que visa prorrogar a vigência de ajuste contrário à norma legal. No extremo do raciocínio, seu julgamento autônomo apontaria, no mínimo, para a falta do devido processo de licitação, em situação contrária ao disposto no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal e artigo 2º, "caput" da Lei nº 8.666/93.*

*Deve-se reconhecer, no entanto, que a anterioridade da formalização do aditivo em relação ao julgamento definitivo do ajuste original, com a consequente aplicação do princípio da presunção de legitimidade, permite afastar a pena acessória de multa que atingiria o responsável. (...)"*

Dessa deliberação, a Prefeitura Municipal de Piracicaba também recorreu, alegando (i) presunção de legitimidade do ato administrativo, uma vez que os termos foram celebrados antes do juízo de irregularidade do contrato original, e (ii) que o administrador não poderia ter atuado de forma diversa naquela ocasião (fls. 4870/4877).

Recebido o apelo como recurso ordinário pela E. Presidência, a matéria foi distribuída, por prevenção, ao eminente Conselheiro Antonio Roque Citadini (fl. 4883).



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

Nos termos do artigo 146, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, o Ministério Público de Contas ofereceu parecer opinando pelo conhecimento e não provimento do recurso (fls. 4886/4890).

Assessoria Técnica, Chefia de ATJ e SDG manifestaram-se no mesmo sentido (fls. 4897/4902).

É o relatório.

**MFR**



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

### **VOTO PRELIMINAR**

O v. Acórdão recorrido foi publicado em 06/07/12 (fl. 4866) e as razões de recurso interpostas em 23/07/12 (fl. 4870).

A Prefeitura Municipal de Piracicaba configura parte legitimada e o apelo constitui-se meio idôneo para a devolução da matéria impugnada ao exame desta Corte.

Recurso Ordinário em termos, dele conheço.



## **VOTO DE MÉRITO**

As razões recursais não têm o condão de alterar entendimento consolidado desta Corte sobre os efeitos que o juízo de irregularidade da licitação e do contrato produzem sobre os termos aditivos a eles relacionados, tendo em vista o princípio da acessoriedade.

Observo que o aditamento examinado na decisão recorrida limitou-se a prorrogar a vigência e acrescentar valor à contratação julgada ilegal, não sendo possível analisá-lo de forma isolada e desconsiderar os vícios constatados em decisão definitiva desta Corte de Contas.

Além disso, a irregularidade do ajuste principal teve origem na data da celebração do ato e não por ocasião da sua reprovação pela bem lançada decisão de fls. 4389/4399, razão pela qual não se há que falar em presunção de legitimidade do ato administrativo.

Dessa forma, meu **VOTO nega provimento ao apelo interposto** pela Prefeitura Municipal de Piracicaba e confirma o julgado proferido pela E. Segunda Câmara (fls. 4862/4866).

**RENATO MARTINS COSTA**  
**CONSELHEIRO**